

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CEARÁ NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Paulo Venício Braga de Paula¹

Jefrei Almeida Rocha²

Rosendo Freitas de Amorim³

Wlahilma Maria de Queiroz Bezerra⁴

77

RESUMO: O presente estudo nos traz a análise de práticas que buscaram efetivar a aplicação da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. O escopo dessa Lei possibilita uma inovação teórica e metodológica, bem como uma mudança de paradigma na prática do ensino de História, rompendo com o modelo etnocêntrico. A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em 2013 e 2014, promoveu uma formação sobre essa temática para os professores da rede, perpassando por todas as áreas do conhecimento. Buscou na EaD (Educação à Distância) o meio para ampliar o alcance dessa ação. Essa experiência resultou em práticas curriculares que foram analisadas neste trabalho. Essa análise se debruça sobre uma metodologia qualitativa com aporte quantitativo.

PALAVRA-CHAVE: Formação docente; Currículo; História e cultura africana e afro-brasileira.

Revisto anonimamente no processo de pares cegos.

Recebido: 06/2020

Revisado: 07/2020

Aprovado: 08/2020

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: 06/2020

Reviewed: 07/2020

Approved: 08/2020

¹ Mestre em Planejamento em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Informática Educativa pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Administração Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA. Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Ceará. Professor de Nível Superior de cursos de Graduação e Pós-Graduação. Professor da Rede Pública do Estado.

² Mestre em Computação Aplicada pela UECE/IFCE, Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (2007). Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2002). Professor de língua Portuguesa da Rede Pública Estadual. Professor de Nível Superior de cursos de Graduação e Pós-Graduação.

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará UFC. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza UNIFOR. Assessor técnico da Secretaria de Educação do Estado do Ceará SEDUC.

⁴ Doutora em Tecnologias Educativa pela UMinho, Pt. Mestre em Informática Aplicada a Educação pela UECE. Especialista em Informática Educativa pela FB. Especialista em Ensino de Matemática pela UVA. Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação pela FATENE. Graduada em Matemática, Licenciatura pela UECE. Graduada em Engenharia Mecânica pela UFC. Professora Concursada da SEDUC-CE. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4597869492084788>.

1. INTRODUÇÃO

O professor de História, a cada ano letivo fomenta uma discussão dialógica com seus alunos sobre a relevância do ensino de história como elemento de empoderamento na formação cidadã e para o exercício do diálogo político, crítico e reflexivo nas diversas esferas sociais.

Para promover esses momentos de empoderamento e cidadania o docente vale-se de indagações ainda ingênuas, tais como: “- professor porque estudar uma coisa que está no passado, se o que me interessa é o presente?” Ou de outra feita, quando em alguma situação, o discente, por puerilidade, expõe sua concepção sobre história: “- professor quem gosta de passado é museu!”

Essa concepção imatura do ensino de História remonta uma conjuntura que está ligada a relevância dada a disciplina de História. Não é incomum escutar-se dos alunos equívocos, tais como: “- professor história é fácil, é só decorar as datas dos acontecimentos e os nomes das personagens.” Cabe a nós, educadores, expor a relevância do ensino de história em seu descortinamento dos fatos históricos para possibilitar ao educando o apropriar-se do seu tempo presente, e, assim, poder projetar futuros cenários.

Essa última elocução atribuída aos alunos nos traz uma situação que merece (auto)reflexão sobre o efeito da frase em si. Num primeiro momento pode-se fazer uma autocrítica que nos leve a pensar sobre o como esse conhecimento é ensinado, uma segunda circunspeção seria como inovar esse ensino com fins de contribuir para o empoderamento político-cidadão do aluno enquanto ser histórico e atuante em seu meio social.

A proposta de uma inovação no ensino de história deve levar em consideração o cenário supracitado do olhar que representa a visão preconcebida que os alunos têm sobre as aulas de história, segundo esse prisma, serem monótonas e previsíveis. Aulas percebidas por esses alunos como um modelo do ensino de história organizado na narrativa dos fatos, encadeados em uma cronologia que incide sobre fatos e efeitos, seguindo um curso temporal linear. Essa percepção vem corroborada na exposição de Fernandes (2005).

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos livros didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada. (FERNANDES, 2005, p. 380, *apud* Oriá)

É comum aos professores ultrapassarem as estruturas enrijecidas que os conceitos trazem. Para além de criar estratégias que suscitam no aluno a reflexão crítica sobre a realidade histórica e social exposta a partir da relação tempo e espaço retratada na História oficial contida nos livros didáticos e paradidáticos e nas construções de tempo que as outras sociedades desenvolveram. O exercício do pensamento histórico

do aluno precisa ser o de entender esses encadeamentos sociais que formam a dinâmica social concebidas a partir desse julgamento de história contido nas sociedades, rompendo com a descontextualização, que, hora se apresenta, em sua aprendizagem.

A História oficial vem carregada de preconceitos contra os povos não europeus, como se as narrativas históricas fossem algo exclusivo da cultura ocidental, fato esse, verificável no que está posto hegemonicamente no que é ensinado e reproduzido nas escolas. Toda sociedade manifesta em seus interiores suas formas de preservar e guardar sua memória para depois formar seus membros, permeados desse conhecimento. Com as narrativas históricas dos diversos povos e nações nativas da América não poderiam ser diferentes, tampouco, da exclusividade dos europeus. Os nativos da América já tinham sua história registrada em seus mitos e lendas que os ajudavam por meio das mais variadas formas de manifestação (danças, música, religião, nas artes e outros) a reproduzir seus costumes e afirmar sua identidade).

A diáspora africana trouxe consigo à América, para além da miscigenação, outras diversidades culturais. Povos escravizados, trazidos forçados pelo atlântico, carregando em seu ser, todo um passado e sua história, em diversas línguas e costumes; aqui chegaram, sequestrados, subjugados para serem vendidos como escravos, em condições subumanas, trabalharam em diversas situações para atender aos modelos produtivos aqui instaurados.

Os africanos que foram escravizados tinham como alvo, dessa ação deplorável do humano sobre o outro, o trabalho. Embora subjugados ao cristianismo católico, não se tinha como prioridade submetê-los a uma ação de conversão ao catolicismo ao contrário do que ocorria com os nativos da América. E, assim, esse povo sob o jugo do cativo, criaram estratégias para preservar seu passado, sua memória e sua história. Nas palavras de Albuquerque (2006), temos:

Num primeiro momento, o escravo recém-vindo da África era submetido a um treinamento conduzido por senhores e feitores. Estes ensinavam os rudimentos da língua portuguesa, principalmente os que fossem necessários para compreender as ordens do senhor e do feitor. Senhores e feitores ensinavam também tarefas, impunham disciplina de formas e diferenças. Na cartilha senhorial, antes de tudo, era preciso definir e deixar claro quem mandava e quem obedecia. O senhor desejava também que o cativo compreendesse os rudimentos da religião católica, sobretudo aprendesse a rezar. A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 95).

Nos reportando a nação brasileira, ambas as sociedades (africanos escravizados e nativos) tiveram sua história negada e invisibilizada na narrativa histórica eurocentrista que contribuiu para a identidade do povo que deu origem aos brasileiros. Essa ação serviu para construir e fortalecer a hegemonia do passado colonialista europeu, em detrimento das demais histórias e contribuições que juntos nativos e africanos deram para essa nação.

O resultado desse processo que se utilizou de estratégias ideológicas, como o “Mito das três raças” (CAMARGO, 2018, p. 1), foi o de invisibilização do racismo

conduzindo a sociedade a latência de preconceitos disfarçados em práticas discriminatórias nocivas para o desenvolvimento equitativo da sociedade. Criou-se um invólucro sobre o racismo e nele os sujeitos foram remetidos a um estado constante de negação e afirmação de direitos e de identidades.

No Brasil, há o “Mito das três raças”, desenvolvido tanto pelo antropólogo Darcy Ribeiro como pelo senso comum, em que a cultura e a sociedade brasileiras foram constituídas a partir das influências culturais das “três raças”: europeia, africana e indígena.

Contudo, esse mito não é compartilhado por diversos críticos, pois minimiza a dominação violenta provocada pela colonização portuguesa sobre os povos indígenas e africanos, colocando a situação de colonização como um equilíbrio de forças entre os três povos, o que de fato não houve. Estudos antropológicos utilizaram, entre os séculos XVII e XX, o termo “raça” para designar as várias classificações de grupos humanos; mas desde que surgiram os primeiros métodos genéticos para estudar biologicamente as populações humanas, o termo raça caiu em desuso. (CAMARGO, 2018, p. 1)

Objetivando romper com essa estratégia hegemônica eurocentrista que intenta mitigar as ações violentas do colonizador, o Brasil traz na sua Lei 10.639/03 a pretensão de resgatar uma dívida histórica com os negros e nativos, a fim de que o conhecimento da sua história ainda preservada possa ser inserida, em toda extensão do território brasileiro, em seus textos para o currículo escolar. Silva (2005) traz uma compreensão abrangente para o termo que designaria todo o material histórico que dá suporte ao currículo, designando-o e esclarecendo: “texto currículo de forma ampla – o livro didático e paradidático, as ações orais, as orientações curriculares oficiais, os ritos escolares, as datas festivas e comemorativas está recheado de narrativas étnica e raciais” (SILVA, 2005, p. 101).

Trazemos com esse ponto um breve retrospecto do cenário antropológico que suscitou na nação brasileira, as contribuições de povos africanos e dos nativos que, aqui, já existiam. Trazendo a luz uma reflexão crítica sobre o conhecimento ensinado, mister romper com a hegemonia ocidental na busca de resgatar os valores do conhecimento africano e dos povos originais em toda a sua plenitude e não apenas na redução de seus sujeitos a condição de escravos ou silvícolas. O rompimento com essa narrativa possibilita a inovação no ensino de história e temas transversais inerentes a matéria, com inserção de novas matrizes de conhecimentos histórico africana e afro-brasileira rompem com a concepção teórica e metodológica histórica que organiza a didática da prática docente a partir de uma matriz eurocentrista.

2. A IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CONHECIMENTO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

A Lei 10.639/03 configura-se como um divisor de águas na compreensão do ensino de história brasileira ao propiciar o resgate das culturas africana e afro-brasileira, assumindo a existência da herança cultural desse povo na formação da sociedade brasileira e da necessidade de se fazer conhecer esse legado social, econômico e político por meio da inclusão obrigatória desse conhecimento no ensino de História dessa nação. Para além de instituir o dia 20 de novembro como o dia nacional da

consciência negra, retira da condição de parcialidade serviçal a figura do negro ao admitir seu ativismo político na luta pela liberdade e identidade sociocultural. A escolha dessa data dar-se em referência à morte de Zumbi, um líder do Quilombo dos Palmares. A Lei 10.639/03 altera a LDB (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996) acrescentando-lhe apenas dois artigos, mas de fundamental abrangência política-antropológica. Veja os artigos acrescentados logo a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (BRASIL, 2003).

O que se percebe por meio da aplicação da Lei 10.639/03 é a redenção do negro escravizado e retratado, até então, nos livros didáticos para o ensino de história, o que lhe negava o seu legado antropológico na construção dessa nação. Percebe-se que antes da Lei, o cenário social é bem definido com um lugar para o negro na realidade escravocrata, tendo a figura da escravidão mantida de forma representativa da subalternização e inferiorização desse sujeito. Outro aspecto a ser criticado era o da folclorização, "Mito das três raças", já mencionado, de sua contribuição para a construção da identidade dessa nação, conjuntamente com os nativos que aqui já habitavam.

Pode-se então refletir a partir dessas condições impostas e retratadas por meio da narrativa histórica oficial, que a lei 10.639/03 possibilita romper com esse cenário pormenorizado no ensino, pois levada a condição de obrigatoriedade, faz com que a escola releia esse conhecimento a partir do conjuntos de conhecimentos, saberes e costumes conservados ou, a partir desses, gerados e mantido pelos negros através de suas expressões culturais.

É um exercício de reconstrução de (auto)identidade redentora da visão gerada pelo conhecimento ensinado na escola que alimentou e reproduziu o preconceito ao pontos de não nos enxergarmos como ascendentes desses sujeitos, como se, ainda, estivéssemos falando de estrangeiros, sem percebermos que esses sujeitos, de alguma forma geneticamente ponderando, somos nós. Se devemos ensinar algo sobre história em referência a cultura africana e afro-brasileira devemos perguntar aos sujeitos guardiões dessa história, ou seja, aqueles que trazem até nossos dias o jeito de ser e viver desse povo, seja pela simples aceitação do pertencimento ou pela cor da pele que explicita o que, também temos, embora mascarado em um branqueamento, em nossa genética.

A Lei 10.639/2003, em sua exigência, adjudica que a escola repense a

organização do seu trabalho didático a fim de incluir o que traz na lei supracitada. Para isso, essa instituição, deve ser munida das condições que leve uma reestruturação curricular sensibilizadora e esclarecedora dos sujeitos inseridos e que promovem a educação. Dentre essas ações a formação continuada dos professores é um caminho indicador, para além de perceber cenários referentes a aplicação da Lei, também, para difundir o ensino com base nesse conhecimento antropológico cultural, que deve ser organizado e inserido no currículo das escolas públicas estaduais.

Pensando em medidas que pudessem efetivar ações na direção do cumprimento da Lei, a SEDUC (Secretaria da Educação do Estado do Ceará) promove formação continuada para os professores em sua rede de ensino, tendo como estratégia para alcançar um maior número de professores em todo o Estado, a utilização da EaD (Educação a Distância), educação *online* ambientada na plataforma Moodle. O presente documento nos traz à análise das ações e resultados da formação promovida por esta Secretaria nos anos de 2013 e 2014 com professores representantes de todas as suas vinte Credes⁵ e da sua equivalente em Fortaleza, Sefor⁶.

Assim, e reconhecendo a importância do que trata a Lei supracitada e tendo como estratégia na metodologia para sua implementação a EaD, foi possível obter um alcance considerável na implementação da Lei com representantes de toda a rede estadual de ensino no Ceará. Também é objeto desse trabalho a apresentação das amostras de vídeos resultantes da culminância dessa ação conferidas em práticas de ensino que retrataram a forma de organização didática na efetivação do resgate desse conhecimento, cultura africana e afro-brasileira.

2.1 FORMAÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA

Diante do *status quo* apresentado, há de se reconhecer que a Lei 10.639/2003 gera uma demanda necessária para a reorganização do currículo escolar, e, para tal, temos na formação do professor uma importante estratégia para efetivação das ações necessárias à implementação desse conhecimento, que trata a Lei, e que precisa ser resgatado e ensinado. Não estamos a falar em um conhecimento reduzido a uma objetividade científica, mas de toda uma história e cultura de povos e nações que se encontrava a margem retratada em costumes, lendas, religião e hábitos trazidos à luz de onde estava invisibilizada pelo preconceito e hegemonia eurocentrista. História, agora, resgatada para ser estudada e contemplada como tema transversal em todas as áreas do conhecimento formal a ser ensinado na escola.

Um primeiro ponto que devemos destacar nesse conhecimento histórico-antropológico a ser resgatado é a forma como o mesmo foi guardado e preservado. A escravidão tinha como prática corrente a descaracterização dos sujeitos, a retirada violenta ou de aparente concordância de seus hábitos e costumes, inclusive a religião, para domesticar os escravizados seja nativos ou africanos. Usando como estratégia para a descaracterização, a proibição ou demonização dessa cultura, a exemplo das

5 CREDE – Coordenadoria Regional das Escolas Estaduais.

6 SEFOR – Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza.

religiões de matrizes africana, cujo conhecimento foi preservado em espaços marginalizados em que a cultura dominante os retratavam como sendo de ordem proibitiva e/ou até mesmo demonizada.

Em virtude da Lei e da tomada de consciência diante do cenário exposto vem o desafio da SEDUC para a formação de seus professores no que tange ao conhecimento africano e afro-brasileiro, ou seja, tornar visível, transpondo o véu do racismo, os saberes dessas culturas como algo que tem moldado e identificado a sociedade brasileira. Esse resgate histórico-antropológico vem dar sentido às palavras de Pimenta (1994, p. 83) quando nos traz que, ao tratar da atividade prática do professor, “a aprendizagem (ou não aprendizagem) precisa ser compreendida enquanto determinada em uma realidade histórico-social”.

Frente ao contexto na luta por direitos, é exigido que, substancialmente, o conhecimento sobre as relações étnico raciais, até então ensinado nas escolas, rompa com as aparências e formalismo raciológico que tem definido o currículo escolar. E, diante disso, é importante destacar o que se traz como advertência nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quanto a obrigatoriedade desse ensino não ter como objetivo BRASIL (2004, p. 17),

mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.

O êxito dessa ação formativa está pautada na desconstrução do racismo de qualquer espécie para reconstrução de uma cultura do respeito à forma de ser e existir do outro, e, assim, seja possível nos reconhecermos em nossa própria identidade. Visa abolir o racismo das relações sociais, sem substituir ou transportar essa apreciação arcaica, justificada em aparente hegemonia, de uma matriz por outra, mas sim, como explicita as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 15) “fazer com que a escola e seus professores e alunos não improvisem. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos”. Ou seja, entendendo, respeitando e refletindo criticamente sobre a influência sócio antropológica que cada povo exerceu na formação da identidade da nação brasileira.

A SEDUC inicia essa desalienação etnocêntrica por meio da ação de formação continuada para seus professores, a fim de que eles possam, para além de se apropriar desse conhecimento histórico que remete a Lei 10.639/2003, também, possam se reconhecer na composição da nossa identidade enquanto nação brasileira. Esse enxergar-se no processo histórico é importante para que o tema da Lei seja sentido como pertencimento para, assim, ser ensinado. Diante do explicitado, o presente estudo incide sobre essa ação formativa que resultou em práticas de ensino nas escolas da rede estadual. A Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC organizou e promoveu em

2013 e 2014 formação continuada para capacitar os professores das escolas da rede pública estadual, cujo objetivo segundo a mesma seria:

Formar os professores representantes das Áreas de Conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens e Códigos) no conhecimento de História e Cultura Africana e Afro brasileira e sua inserção na organização do currículo escolar contemplando uma educação para as relações étnico-racial. (SEDUC, 2013, p. 2).

Entendendo que o conhecimento não é estanque a uma única disciplina e que, pelo contrário, tudo está conectado os gestores da SEDUC optam pela interdisciplinaridade das áreas nessa formação. Determinação refletida na tomada de decisão por parte desses gestores quando deliberam estender a formação aos professores das quatro áreas de conhecimento conforme demonstra os quantitativos por área constantes nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Formação de 2013/2014 – Distribuição dos Professores por disciplina para receber formação direta pelos formadores da SEDUC

Disciplina	Quantitativo de professor 2013	Quantitativo de professor multiplicador 2014	Total de professor formação direta 2013/2014	Proporção direta professores (%)
História	32	28	60	27,78
Português	11	16	27	12,5
Matemática	15	10	25	11,57
Geografia	8	13	21	9,72
Sociologia	7	9	16	7,41
Biologia	9	5	14	6,48
Filosofia	5	5	10	4,63
Multimeios	-	9	9	4,17
Educação Física	4	4	8	3,70
Professores que não declararam	2	4	6	2,78
Química	2	3	5	2,31
Arte e educação	2	3	5	2,31
Física	3	1	4	1,85
Prof. Multiplicador	1	-	1	0,46

do NTE				
Espanhol	-	1	1	0,46
Sala de multifuncional	-	1	1	0,46
Cultura	-	1	1	0,46
Laboratório de informática	-	1	1	0,46
Ciências humanas - eja	-	1	1	0,46
Total	101	115 (crescimento de 13,86%)	216	

Fonte: Elaboração própria.

Em uma breve explanação do cenário trazido pelo Quadro 1, no ano de 2013, para além de intentar pôr em prática o que determinava a Lei 10.639/2003, a SEDUC abraçou o cerne hitórico-antropológico que é trazido no texto da Lei. Entendendo o tamanho da importância político-social desse resgate histórico imbuído no documento dos legisladores. Nesse ano de 2013 foi capacitado 101 professores que receberam diretamente pelos agentes (professores técnicos) da SEDUC os preceitos elaborados para que se efetivasse o que determina a Lei supacitada.

A forma como foi organizado e planejado um curso dentro dos preceitos já declarados, foi com aporte na EaD (Educação a Distância) por meio *online* no ambiente Moodle, essa modalidade de ensino foi elegida por propiciar alcance territorial alargado para se levar o curso a todas as Credes da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. No entanto, facilmente percebeu-se que o alcance seria mínimo quando comparado com a quantidade dos 31.151 (12.676 temporários e 18.475 efetivos) professores de toda a rede Estadual de Ensino.

Diante da constatação, nesse momento, vislumbrou-se que se treinássemos os professores para serem multiplicadores a dimensão desse alcance cresceria, aumentando o quantitativo de beneficiados. Foi com esse intento que, no ano de 2014, foi treinado mais 115 professores (veja coluna 3 do Quadro 1) e desta feita, com objetivo desses professores, também, serem multiplicadores de seus pares junto as suas respectivas credes. O Quadro 2 nos traz o quão considerável foi esse aumento, pois os 115 professores multiplicadores conseguiram capacitar 1.024 professores, uma média de 8,9 professores por multiplicador.

Em síntese, quanto aos dados numéricos temos no Quadro 1, para o ano de 2013 um quantitativo de 101 professores formados diretamente pelos professores técnicos da SEDUC, já em 2014 esse número subiu para 115 professores. Um aumento de 13,89% quando comparado com o ano anterior (2013), mas incipiente quando comparado ao quadro geral de professores de toda a rede, 31.151 professores

existentes na SEDUC e que estão lotados ao longo do Estado em 20 Credes e na Sefor. No entanto, como já exposto, essa preocupação em alçar uma extensão maior dos professores converteu-se na ação de professor multiplicador para os formados em 2014. Essa medida que também teve na EaD seu principal meio viabilizador, foi o caminho difusor do conhecimento para alcançar um maior número de professores. Na coluna 5 (Quadro 1) 'proporção direta de professores', percebemos que foram os professores da disciplina de história em quem encontramos a maior representatividade, com 27,78% de professores do total formado diretamente pela SEDUC nesses dois anos, seguida pelos professores da disciplina de português, com 12,5% e, na sequência, da matemática com 11,57% e, mais, das outras áreas.

Para a ação de formação desses professores multiplicadores no ano de 2014 foram disponibilizadas vagas em que todas as Credes, inclusive a Sefor. Teriam que enviar professores representantes por área para receber a capacitação e funcionar como agente multiplicador da formação de seus pares nas suas respectivas Credes e na Sefor. O Quadro 2, logo a seguir, nos dá esse cenário quantitativo geral e o Quadro 3, nos dá a distribuição da Sefor por suas regionais, totalizados e inseridos no Quadro 2.

Quadro 2 - Formação 2014 – Distribuição dos Professores a receber formação de seus pares por Crede e Sefor.

CREDE	01	02	03		04	05	06	07	08	09	10	11
Professores Matriculados (para receber formação indireta - 2014)	52	47	32	36	41	82	03	04	35	32	29	36
CREDE	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Sefor	Total	
Professores Matriculados (para receber formação indireta - 2014)	63	59	49	39	65	65	56	47	29	123	1.024	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 - Formação 2014 – Distribuição dos Professores a receber formação de seus pares na Sefor por suas regionais.

SEFOR	A	B	C	D	E	Total
Professores Matriculados (para receber formação indireta - 2014)	25	24	24	25	25	123

Fonte: Elaboração própria.

Desse Quadro 2, representativo por Credes e Sefor, observamos que foi na Sefor que encontramos o maior número de professores que receberam formação indireta por meio dos professores multiplicadores, 123, seguida da Crede 05 com 82 professores. As Credes em que tiveram menor participação foram as Credes 06 e 07 com três e quatro professores respectivamente. O balanço dessa medida foi positivo

(115 professores capacitaram 1.024 dos seus pares), como veremos nos pontos seguintes, tanto do ponto de vista do alcance da ação como na difusão do conhecimento pretendido. Êxito que merece uma apreciação dos gestores para o investimento na continuidade do projeto.

Em termos práticos, no que tange a ponta do processo, ou seja, a participação do público alvo, obtivemos como produto concreto a apresentação de uma diversidade de práticas curriculares contextualizadas e interdisciplinares, ao mesmo tempo que integrou debates sobre a inserção desse conhecimento em toda a extensão do currículo, objetivando superar o improvisado e as práticas pontuais, ao gerar uma reflexão didática metodológica tendo como ponto de partida a matriz cultural desses povos a partir da participação efetiva do mesmo no planejamento e execução na formação continuada, segundo SEDUC (2013, p. 3) fruto de

um diálogo da SEDUC, que conta com a parceria da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial e representantes do Movimento Negro organizado e é articulada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pedagógico – COAPE/SEDUC e representantes do movimento social negro a partir do aspecto cultural africano e afro-brasileiros e Indígenas: Ceará Caboclo de Mãe Preta a Pai João e sua inserção nas áreas do conhecimento.

A iniciativa dessa ação formativa resulta da articulação de representantes de alguns segmentos do movimento negro organizado, indicando uma abertura para o diálogo e a descentralização no planejamento da ação. Um indício para reconhecer que somente através desses sujeitos detentores da sua (nossa) história e guardiões da sua (nossa) cultura, podemos dar condições substanciais para que a mesma venha a ser retratada em conformidade com sua (nossa) matriz de conhecimento indo para além das visões raciológicas e estereotipadas sobre o negro. SEDUC (2013 p. 3):

O recorte temático do conhecimento afro-brasileiro, indígena cearense contempla a história e a cultura destes sujeitos através das “História e Cultura Africana, Afro-brasileiros e Indígenas: Ceará Caboclo de Mãe Preta e Pai João”, compreendendo que os conhecimentos presentes nessas culturas possibilitando qualificar os professores das escolas estaduais a compreender, sistematizar e inserir esses saberes nas Áreas do Conhecimento (Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens e Código e Ciências Humanas).

Todo conhecimento traz consigo uma carga valorativa que define o modo de ver a si mesma e a sociedade. Até o presente momento, o conhecimento ensinado na escola formou pessoas no racismo, envoltas de relações preconceituosas que discriminam e fomentam um tipo de *apartheid*⁷. No Brasil esse racismo veio velado em uma suposta ‘democracia racial’. Esse “conceito foi apresentado inicialmente pelo sociólogo Gilberto Freyre, na sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933” (PORTO, 2018, p. 1), no entanto, essa condição de não racismo já foi desmistificada por sociólogos e antropólogos.

Com base nessa realidade a ser desconstruída para dar lugar a um reconhecimento de identidade histórico antropológica a SEDUC propõe uma formação

⁷ *Apartheid* - Segregação das populações negra e branca, veiculada pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul, durante a maior parte do século XX.

participativa com base no respeito aos sujeitos e na perspectiva de compreender e resgatar saberes com apoio dos guardiões do conhecimento africano e indígena no Ceará. Corroborando, temos no projeto para essa ação da SEDUC (2013 p. 4):

Os professores serão levados a identificar os conhecimentos africanos e indígenas, entender a elaboração desses conhecimentos com a construção do espaço social e relação com o sujeito. Compreendendo esses saberes haverá a possibilidade de resgatá-los e valorizá-los relacionando-os em duas dimensões do conhecimento; a das áreas de conhecimentos, e aos que formem o sujeito no respeito às diferenças, à dignidade da pessoa, contribuindo para o fortalecimento da tolerância, e da solidariedade e da fraternidade.

A ação foi pensada como vetor de mudanças da matriz étnico-racial de base eurocêntrica presente na forma de ensinar por parte dos professores nas escolas, e, assim, possibilitar a geração de um campo valorativo que reconfigure a percepção dos alunos e professores sobre o conhecimento das relações étnico raciais, rompendo com os estereótipos que formam as barreiras segregativas no campo das relações sociais.

3. METODOLOGIA

Sob uma perspectiva empírico, tivemos no método empregado nesse estudo, uma análise dos documentos que registraram a formação continuada de professores para a educação das relações étnico raciais nos anos consecutivos de 2013 e 2014, organizada pela SEDUC. Foram formados professores, por meio da EaD na sua dimensão de educação *online*, para serem multiplicadores desse conhecimento, também, tendo como suporte o ambiente virtual de aprendizagem Moodle para repasse do conhecimento entre seus pares. Como culminância foram analisados projetos, relatórios das formações e dos registros das práticas de ensino que foram inscritas pelos professores que desejaram participar incluindo esses registros em cada período formativo.

3.1 MATERIAL E MÉTODOS

O objeto de análise desse estudo é o alcance da formação para a educação das relações étnico raciais por meio das ações empregadas, bem como, das práticas resultantes, realizadas pelos professores participantes da formação em História e Cultura Afrobrasileira e Indígena nos anos de 2013 e 2014. Vale destacar que a formação foi organizada pela SEDUC por meio da Coordenação de Desenvolvimento da Escola – CODEA por meio das Coordenadorias de Diversidade Inclusão e Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pedagógico atualmente denominada de Gestão Pedagógica. O Quadro 4 demonstra a distribuição desses professores que receberam formação diretamente dos professores técnicos da SEDUC e apresentados segundo uma distribuição por Crede e Sefor.

Quadro 4 - Quantitativo dos professores formados diretamente da SEDUC - 2013/2014

CREDE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Professor formado por Crede (2013)	3	4	4	3	5	4	3	3	4	4	4	4
Professor multiplicador formado por Crede (2014)	5	4	5	3	6	4	4	2	4	3	4	4
Total (2013 + 2014)	8	8	9	6	11	8	7	5	8	7	8	8
CREDE	13	14	15	16	17	18	19	20	Sefor	Total		
Professor formado por Crede (2013)	4	4	4	4	4	3	4	3	26	101		
Professor multiplicador formado por Crede/Sefor (2014)	5	4	5	4	4	3	3	3	36	115		
Total (2013 + 2014)	9	8	9	8	8	6	7	6	62	216		

Fonte: Elaboração própria.

Fica confirmado os quantitativos já levantados por área de conhecimento no Quadro 1 e agora separados por Crede/Sefor no Quadro 4, ou seja, um quantitativo total de 216 professores formados diretamente pela SEDUC, sendo deste 115 com objetivo de serem os multiplicadores de seus pares. Isso no remete ao próximo Quadro 5 com um total de 1.024 professores que receberam formação indireta a partir dos 115 multiplicadores que, também, usou a modalidade de educação *online* no mesmo ambiente virtual Moodle, mantido na célula de informática da SEDUC, e, assim, puderam efetivar a ação de repasse da formação com seus pares. O que demonstra o sucesso da ideia concebida e posta em prática.

Para clarificar essa ideia, o Quadro 5 está organizado por Crede: na primeira linha, abaixo da identificação da Crede, consta a quantidade de professores multiplicadores e imediatamente abaixo a quantidade de professores por eles formados, e na linha em sequência uma proporção de professores formados por cada multiplicador. Desse quadro percebemos que no geral temos uma média de 8,9 professores formados por cada multiplicador. Sendo que a Crede que mais se destacou foi 18 que chegou a cifra de 18,7 professores formados por cada um de seus 3 multiplicadores. Chama a atenção, também, na Crede 8 que percebemos 17,5 formados por cada um de seus 2 formadores. Quanto a Sefor (Superintendência das Escolas de Fortaleza) com 36 professores multiplicadores e 123 capacitados por esses multiplicadores ao totalizar suas 5 regiões (Quadro 5) perfaz uma proporção média de 3,4 professores formados por cada multiplicador, portanto, abaixo do potencial que poderia ter alcançado. A Crede 6

ficou em uma situação crítica, pois seus 3 multiplicadores não atingiram sequer uma proporção de 1 para 1, visto que a proporção obtida foi de 0,75 formado por multiplicador. A crede 7 não está em situação diferente, pois apresenta 1 professor formado para cada um de seus 4 multiplicadores. São cenários levantados que merecem a apreciação dos gestores, quanto aos porquês dessas disparidades quanto a efetivação da ação formativa pretendida.

Quadro 5 - Alcance de professores matriculados por professor multiplicador (2014)

CREDE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	
Professor multiplicador formado por Crede (2014)	5	4	5	3	6	4	4	2	4	3	4	
Professores Matriculados (2014) – Formados por seus pares	52	47	32	36	41	82	03	04	35	32	29	36
Prof matriculado por multiplicador (formados/multiplicador)	10,4	11,8	13,6	13,7	13,7	0,75	1,0	17,5	8,0	9,7	9,0	

CREDE	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Sef or	Total
Professor multiplicador formado por Crede/Sefor (2014)	4	5	4	5	4	4	3	3	3	36	115
Professores Matriculados (2014) - Formados por seus pares	63	59	49	39	65	65	56	47	29	123	1.024
Prof matriculado por multiplicador (formados/multiplicador)	15,8	11,8	12,3	7,8	16,3	16,3	18,7	15,7	9,7	3,4	1024/115 = 8,9

Fonte: Elaboração própria.

Para simplificar e melhor visualizar o ranqueamento dos melhores aproveitamento por Crede, incluindo a Sefor, apresentamos o Quadro 6 que nos apresenta em ordem decrescente esses resultados em linha. Cada coluna corresponde a uma Crede e na linha abaixo correspondendo a sua coluna temos a proporção de professores formados por cada professor multiplicador. Disso tiramos a efetividade da ação por Crede, o que nos permite, diante do cenário apresentado, tomar decisões pontuais para levantar o sucesso e as lacunas observadas. Tais como socializar as experiências exitosas que motivaram as Credes melhores posicionadas com as que se

mostram com baixo rendimento diante do objetivo da ação. Outra medida seria inquirir as essas Credes os motivos que as levaram a serem tão incipientes diante da ação e, assim, fazer os ajustes necessários para corrigir e alinhar o intento.

Quadro 6 - Ranqueamento de melhor alcance (aproveitamento da ação de multiplicação)

CREDE	18	08	16	17	12	19	05	04	03	14	13
Prof matriculado por multiplicador em 2014 (formados/multiplicador)	18,7	17,5	16,3	16,3	15,8	15,7	13,7	13,7	13,6	12,3	11,8
CREDE	02	01	10	20	11	09	15	Sef or	07	06	Total
Prof matriculado por multiplicador em 2014 (formados/multiplicador)	11,8	10,4	9,7	9,7	9,0	8,0	7,8	3,4	1,0	0,75	1024/115 = 8,9 alunos por multiplicador

Fonte: Elaboração própria.

Fazendo um apanhado geral, foram formador, direta ou indiretamente, 1.240 professores fruto dessa ação da Secretaria da Educação do Estado do Ceará na direção de atender, para além do que dispõe a Lei 10.639/2003, um resgate da nossa história, no que tange a cultura Afrobrasileira e Indígena, em ações efetivas que surtiram efeitos positivos que podem ser conferidos quantitativamente no Quadro 7. Além disso, mais a frente, no ponto 3.2, pode-se conferir a apresentação dos produtos gerados junto às comunidades alvo com mostras culturais que demonstram o resgate da cultura afro-brasileira e indígena que esses professores conseguiram mobilizar para manifestarem as expressões de suas identidades que reflete, também, a nossa.

Quanto a explicação do Quadro 7, segue a mesma lógica dos anteriores. Cada coluna representa uma Crede, as linhas estão associadas ao ano em que se deu a formação. Sendo que a linha para os professores formados no ano de 2013, a segunda linha para os professores formados na perspectiva de multiplicadores para o ano de 2014 e na terceira linha abaixo da respectiva Crede, também no ano de 2014, está a quantidade de professores que receberam formação de seus pares. Nessa sequência, temos na linha que segue o total de professores por Crede.

Também é apresentado na última coluna o crescimento de uma ação para outra, onde notamos que temos um crescimento nos professores formados diretamente pela SEDUC de 13,86% em 2014 face aos formados no ano de 2013. Se considerarmos o alcance dos multiplicadores formando os seus pares no ano de 2014 com o que a SEDUC conseguiu diretamente em 2013 temos um crescimento de 913,86%. Se considera a soma do professores multiplicadores com seus pares formados temos um

crescimento de 1.027,72% em 2014 face ao que foi conseguido no ano de 2013. Finalmente poderíamos fazer uma última comparação: os 1.240 formados ao final do processo face ao primeiro ano de 2013, disso temos um crescimento de 1.127,72%. Reafirmamos que esses números apresentados são animadores para dar seguimento às políticas públicas voltadas para essa ação, visto que, muito ainda precisa se caminha para atingir a todos os professores da rede que, assim, poderia desenvolver uma maior sensibilidade e ações voltadas para o cumprimento da Lei 10.639/2003.

Quadro 7 - Alcance geral de professores que receberam a formação multiplicadores ou não

CREDE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	
Professor formado por Crede (2013)	3	4	4	3	5	4	3	3	4	4	4	
Professor multiplicador por Crede (2014)	5	4	5	3	6	4	4	2	4	3	4	
Professores Matriculados (2014) - Formados por seus pares	52	47	32	36	41	82	3	4	35	32	29	36
Total geral de professores que receberam a formação como multiplicadores ou não	60	55	77	47	93	11	11	40	40	36	44	
CREDE	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Sef or	Tot al	Crescimento % em relação a 2013
Professor formado por Crede/Sefor (2013)	4	4	4	4	4	4	3	4	3	26	101	-
Professor multiplicador por Crede/Sefor (2014)	4	5	4	5	4	4	3	3	3	36	115	13,86
Professores Matriculados (2014) - Formados por seus pares	63	59	49	39	65	65	56	47	29	123	1.024	913,86
Total geral de professores que receberam a formação como multiplicadores ou não	71	68	57	48	73	73	62	54	35	185	1.240	1.027,72% (1.127,72%)

Fonte: Elaboração própria.

Do Quadro 7 temos que, totalizando os professores que receberam capacitação diretamente da SEDUC e os que receberam dos multiplicadores, um total de 1.240 professores. Isso nos dá um alcance de 3,98% do universo dos 31.151 professores ativos da SEDUC em todo o Estado do Ceará. Junto a essa informação vem a responsabilidade e a consciência do muito que ainda temos por fazer, mas que o caminho já foi traçado e os primeiros passos já foram dados.

Essa primeira parte foi dedicada a explanação dos quantitativos dos professores alcançados no objetivo de capacitá-los para o entendimento da Lei 10.639/2003 e sensibilizá-los para importância sócio-antropológica da nossa história enquanto nação brasileira formada culturalmente, também, por povos invisibilizados pela hegemonia eurocentrista. No próximo ponto nos deteremos a expor os produtos apresentados, fruto dessa ação formativa de reconhecimento antropológico-social por meio do resgate da cultura afro-brasileira e indígena.

3.2 PRODUTO APRESENTADO

Clarificando o processo que deu origem aos produtos explicitados nesse ponto, temos nos professores formados no ano de 2013 os agentes que mobilizaram as comunidades alvo para exposição do que foi produzido e aqui descrito para esse respectivo ano. Quanto ao ano de 2014 temos essa ação mobilizadora de resgate da cultura afro-brasileira e indígena nas ações dos 1.024 professores formados pelos multiplicadores. Feito esse esclarecimento, o percurso formativo foi planejado para ser executado ao longo do ano, sendo que ocorreram dois seminários presenciais cada um de três dias com oito horas de duração. Segundo Relatório da Formação 2014, seguindo a organização,

carga horária de 120 horas, distribuídas da seguinte maneira: 48 horas de seminários presenciais, 56 horas a distância, por meio do Portal da SEDUC, com atividades desenvolvidas na escola e 8 horas de participação na Feira de Ciências com a apresentação de atividades realizadas na escola, sob o acompanhamento da equipe da Coordenação de Aperfeiçoamento Pedagógico e da Diversidade e Inclusão Educacional. (SEDUC, 2014, p. 2).

A formação foi pensada em três momentos: o presencial e à distância realizada no ambiente virtual de aprendizagem Moodle mantido pela equipe técnica da SEDUC (ASTIN) e finalizado em uma Amostra Científica com os relatos das ações realizadas pelos professores nas escolas, com o objetivo de socializar as práticas de ensino voltadas para o resgate da cultura afro-brasileira e indígena.

A Amostra de Vídeo foi uma estratégia didática pensada no desenho da formação para promover a elaboração e execução de práticas curriculares por parte dos professores envolvidos no processo de formação voltada para o resgate da cultura afro-brasileira e indígena. Essas práticas foram apresentadas por meio de um vídeo curto de 5 minutos que registraria a execução e intervenção didática proposta pelos docentes juntos à comunidade em que a escola está inserida.

Quadro 8 - Relação dos inscritos e selecionados na Mostra de Vídeo 2013

CREDE	MUNICÍPIO	ESCOLA	TEMA	FOI SELECIONADO
02	Itapipoca	EEF Monsenhor Tabosa	Projeto Negritude: ontem, hoje e sempre	SIM
03	Morrinhos	EEM Carminha Vasconcelos	Repensando e valorizando nossa africanidade no contexto escolar	SIM
05	Tianguá	Escola Flávio Rodrigues	Aula de campo na comunidade quilombola em Croatá	SIM
13	Crateús	Colégio Estadual Regina Pacis	O Ensino da Cultura Afrobrasileira na Educação Básica, as Diretrizes da Lei e o Cotidiano Escolar	SIM
13	Crateús	EEFM Lions Club	O Branco mais preto do Brasil	NÃO
14	Mombaça	EEFM Ananias do Amaral Vieira	Brasil: País multicultural	NÃO
14	Deputado Irapuan Pinheiro	EEM Joaquim Josué da Costa	História e cultura afro-brasileira na EEM Joaquim Josué da Costa	SIM
15	Aiuaba	EEM de Aiuaba	-	SIM
16	Iguatu	Liceu de Iguatu	A cultura afro-brasileira no ambiente escolar	SIM
17	Icó	EEP Dep. José Walfrido	-	NÃO
18	Crato	EEEP Violeta Arrais de Alencar Gervaiseau	Identidade na pele	SIM
19	Juazeiro do Norte	EEFM Amália Xavier	Valorização das Culturas Africanas e Indígenas e Relações Étnico-raciais na Escola	NÃO
20	Milagres	EEEP Irmã Ana Zélia da Fonseca	Inclusão da Capoeira na Educação Física Escolar	SIM

SEFOR	Fortaleza	CAIC – Raimundo Gomes de Carvalho	Diário de um Quilombo	SIM
SEFOR	Fortaleza	EEFM Estado do Paraná	As ações afirmativas e de valorização da História e Cultura afro-brasileira na EEFM Estado do Paraná	NÃO

Fonte: Elaboração própria.

95

A formação de 2013 teve 101 professores participantes, sendo que 15 professores inscreveram seus projetos para Amostra(s) Científica com os relatos das ações realizadas dentro do escopo da formação. Para participarem da Mostra Cultural, além do projeto escrito, conforme tabela acima, foram entregues as amostras de vídeo com duração de 5 minutos. Após processo seletivo realizado por uma Comissão formada por educadores da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pedagógico e Diversidade, foram indeferidas 5 práticas (projetos temáticos) e selecionados 10 práticas que foram apresentadas na Mostra Cultural, no dia 18 de dezembro de 2013. O Quadro 8 nos traz as práticas (projetos temáticos) selecionadas, aqueles que estão com a indicação de 'SIM' na coluna 5 desse quadro.

Já a formação de 2014 teve 1.024 professores participantes, e destes, ao final, tivemos 13 professores que inscreveram seus projetos para Amostra(s) Científica com os relatos das ações realizadas dentro da proposta de resgate da cultura afro-brasileira e indígena desenhada na formação para esse ano de 2014. O critério de participação se manteve o mesmo da anterior. Os registros dos inscritos se encontra no Quadro 9 e a indicação dos aprovados se encontra na coluna 5 com a indicação de 'SIM' para os selecionados. Os trabalhos foram submetidos a um processo seletivo realizada por uma Comissão formada por educadores da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pedagógico e Diversidade. Na ocasião, foram indeferidas 4 práticas (projetos temáticos) e selecionados 9 e esses trabalhos aprovados foram apresentados na Mostra Cultural, no dia 4 de dezembro de 2014. O Quadro 9 nos traz o cenário de todos os projetos inscritos e o status quanto a ter sido selecionado ou não.

Quadro 9 - Relação dos inscritos e selecionados na Mostra de Vídeo 2014

CREDE	MUNICÍPIO	ESCOLA	TEMA	FOI SELECIONADO
17	Icó	EEEP Deputado José Walfrido Monteiro	Práticas inseridas na aula	SIM
13	Crateús	Escola Indígena de Monsenhor Tabosa	Projeto educar e semear encontros	SIM
19	Juazeiro do	EEFM Figueredo	Cultura Afro – indígena	NÃO

	Norte	Correia	ressignificando valores	
14	Dep. Irapuan Pinheiro	EEM Joaquim Josué da Costa	Aproximando as diferenças	SIM
SEFOR	Fortaleza	Escola CAIC Raimundo Gomes de Carvalho	Conhecendo a Escola diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Cuí e a etnia Pitaguary em Maracanaú	SIM
19	Juazeiro do Norte	EEM Almiro da Cruz	Cultura e Patrimônio Afrobrasileiro da cidade de Barbalha	SIM
SEFOR	Fortaleza	EEFM Irmão Urbano Gonçalves Rodrigues	Resgate e Prevenção	SIM
19	Juazeiro do Norte	EEFM Amália Xavier	Celebrar a igualdade e as conquistas dos negros no Brasil	SIM
2	Itapipoca	Escola Indígena Brochos da Terra	Preconceito Racial – A vida tem a cor que você quer	SIM
10	Russas	Colégio Estadual Governador Flávio Marcélio	Ritmos afro-brasileiros: o grito de uma nação não silencia nossa história	NÃO
10	Aracati	EEM Barão de Aracati	Inferioridade negra – um reflexo da escravidão	NÃO
16	Iguatu	EEEP Lucas Emanuel Lima Pinheiro	Identidades, memórias e identidade dos índios Quixelos	NÃO
2	Itapipoca	Coronel Murilo serpa	Principais conquistas e lutas do povo negro em Itapipoca	SIM

Fonte: Elaboração própria.

Fazendo um apanhado geral temos que, segundo os dados a formação nos dois anos formou 1.240 professores, com 28 práticas inscritas, 9 indeferidas e 19 selecionadas para apresentação. Faz-se necessário clarificar que o caráter da Mostra de Vídeo com seu projeto temático documentado e inscrito não teve viés de competição, mas demonstrativo, para registro, divulgação, estímulo, valorização e incentivo de boas

práticas de ensino para inserção da cultura africana, afro-brasileiro e indígena no currículo escolar.

Quadro 10 - Frequência de participação por Crede/Sefor

Crede/Sefor	F.Participação 2013	F.Participação 2014	Total Participação 2013/2014	Total de trabalhos aceitos 2013/2014
02	1	2	3	3
03	1	-	1	1
05	1	-	1	1
10	-	2	2	0
13	2	1	3	2
14	2	1	3	2
15	1	-	1	1
16	1	1	2	1
17	1	1	2	1
18	1	-	1	1
19	1	3	4	2
20	1	-	1	1
Sefor	2	2	4	3

Fonte: Elaboração própria.

Trazendo um arcabouço (Quadro 10) da participação das Credes e Sefor nestas duas Amostras Científicas temos que a Crede 19 e a Sefor tiveram cada uma, um total de 4 projetos temáticos inscritos e destes a Crede 19 teve 2 aceitos e a Sefor teve 3. Algo interessante de observar na situação da Crede 2 que apresentou 3 projetos e teve todos os 3 aceitos. A Crede 10 apresentou situação oposta, inscreveu 2 projetos temáticos para o ano de 2014 e teve os 2 indeferidos. Com isso pretendemos demonstrar que, embora o caráter não seja a competição, houve rigor quanto a qualidade dos produtos selecionados para apresentação na Amostra(s) Científica.

4 RESULTADOS

Analisando os dados da formação pode-se fazer algumas inferências quantitativas e qualitativas. Sobre os aspectos quantitativos os dois anos consecutivos, a formação 2013 e 2014 se deu com atendimento de forma regionalizada. Em 2013 foram capacitados 101 professores por meio da EaD. Percebendo-se a necessidade de maior

abrangência, optou-se pela estratégia de professor-multiplicador formado no ano de 2014. Nessa decisão pelo professor-multiplicador, o papel da EaD foi condição essencial para o sucesso do alcance observado. Esse formato desenhado para a formação, trouxe para o ano de 2014 um total de 115 professor-multiplicadores, e esses foram responsáveis pela capacitação, por meio da EaD, de mais 1.024 professores da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, nesse mesmo ano. Quando considerados todos os professores, sejam multiplicadores ou não, que foram beneficiados, tivemos um total geral de atendimento de 1.240 professores da rede pública estadual, SEDUC, abrangendo as 20 CREDE e mais a SEFOR.

Quadro 11 - Alcance da ação formativa de 2013/2014

CREDE	Total	Crescimento % em relação a 2013
Professores capacitados no ano de 2013	101	-
Professores capacitados como multiplicadores no ano de 2014	115	13,86
Professores capacitados pelos multiplicadores no ano de 2014	1.024	913,86
Total geral de professores que receberam a formação com a temática inserção de práticas do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	1.240	1.127,72

Fonte: Elaboração própria.

Dessa decisão e com a estrutura propiciada pela EaD tivemos um crescimento relativos em 2014 quando face a 2013 de 913,86% para os professores que receberam formação, ou seja, de 101 atendidos pulou-se para 1.024 professores. Em valores absolutos, incluindo os professores-multiplicadores temos um crescimento ainda maior, pulando para 1.127,72% de professores atendidos comparado com o atendimento do ano de 2013. Portanto, obtendo um alcance considerável dessa ação formativa para as práticas do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em atendimento ao que diz a Lei 10.639/2003.

Destaca-se dois aspectos: o primeiro quanto a amplitude da formação ao buscar abranger as regionais e superintendência, ou seja, a formação não ficou restrita Fortaleza que representa o maior número das escolas estaduais. O que conduz ao segundo ponto é quanto a participação, percebeu-se uma interpretação extensa em relação a Lei 10.639/03, ou seja, a formação não foi pensada para ser uma ação

exclusiva da Área de Humanas e Linguagem, ao contrário, percebeu-se que foi tomada a decisão para garantir uma representação das quatro áreas do conhecimento.

Trata-se da perspectiva de criar redes colaborativas entre professores perpassando por todas as áreas do conhecimento e com os engajamentos da comunidade escolar, que possibilite e fortaleça para autonomia da formação continuada, do planejamento de ações interdisciplinares e contextualizada, na inserção do conhecimento africano, afro-brasileiro e indígena na prática curricular.

Como já apresentado nos Quadros 8 e 9, a abrangência da ação formativa ainda trouxe como resultado, quanto às práticas do ensino de história e cultura africana e indígena, um projeto que permitiu a inscrição de Amostra de Vídeo que teve como objetivo obter um registro das práticas criadas e executadas pelos professores em conjunto com a comunidade escolar durante o percurso formativo.

Nessa etapa os professores participantes da formação poderiam, por adesão e sem limite de vagas, registrar e submeter a avaliação uma prática de ensino em história e cultura afro-indígena cearense a ser apresentada em um seminário ao final do curso. Esses vídeos, encaminhados a SEDUC para a Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pedagógico, foram avaliados por comissão composta de técnicos de educação segundo critérios estabelecidos em regulamento publicado no site da SEDUC e aqui elicitados: criatividade, inovação ou originalidade e coerência.

Reforçando com mais detalhes que foi exposto no ponto 3.2, temos: Para a Amostra de Vídeo, foram inscritas 28 práticas de ensino ao total durante o período de 2013 e 2014, dessas 9 foram indeferidas e 19 selecionadas para apresentação. Observa-se o caráter da Amostra de Vídeo, não induzir a competição, mas de ser demonstrativo e fomentador de novas práticas. Tendo como objetivo, o de registro, divulgação, estímulo, valorização e incentivo de práticas de ensino para inserção do conhecimento africano e afro-brasileiro e indígena no currículo escolar.

Mais amiúde, temos em 2013 o registro de 15 inscrições, dessas 5 foram indeferidas, ou seja, desclassificada, por não atenderem às disposições para participação presente no edital. As 10 (dez) práticas classificadas estão assim categorizadas; 2 (duas) aulas de campo a terreiros, seguindo com momento de palestra por parte dos representantes desses terreiros, 1 (uma) aula de campo a quilombo seguindo de palestra com representantes quilombolas, 1 (uma) aula de campo ao Museu do Negro Liberto no município de Redenção, 1(uma) aula em sala de aula sobre capoeira e abolição dos escravos, 1 (uma) Semana de Mostra Cultural Afro – brasileira, 1 (uma) Pedagogia de Projeto envolvendo censo étnico, estética e capoeira, 1 (uma) Pedagogia de Projeto envolvendo capoeira e música, 1 (uma) aula de Educação Física sobre capoeira, 1 (uma) aula de pesquisa para elaboração de diários por parte dos alunos sobre história dos quilombos.

Em 2014 foram realizadas 13 (treze) inscrições, dessas 4 foram indeferidas, ou seja, desclassificada, por não atenderem às disposições de participação que consta no edital. As 9 (dez) práticas classificadas estão assim categorizadas; 2 (duas) prática de aulas interdisciplinares, 1(uma) aula em sala sobre diferença étnico raciais, 1 (uma) aula de campo a aldeia Pitaguary em Maracanaú, 1 (uma) aula de campo a cidade de

Barbalha ao patrimônio cultural que representa a escravidão e ao negro, 1 (uma) aula de campo Escola Indígena de Broilhos da Terra no município de Itapipoca, 3 (três) Projeto baseado na Pedagogia de Projeto tem como tema cada um, cultura africana e afro-brasileira, história dos negros e conquista e lutas do povo negro em Itapipoca.

No critério de seleção, ficou visível a seriedade com que foi analisado cada projeto que, embora não tenha tido uma intenção de disputa, foi valorizada as boas práticas docentes que primaram pelo que foi estabelecido no edital. Finalizamos esse ponto esse ponto com a sensação de dever cumprido e conscientes do muito que ainda precisamos fazer e divulgar para que seja dado prosseguimento a esse projeto de que nos trouxe sucesso em suas ações para além do que esperávamos.

CONCLUSÃO

Pode se concluir nessa análise inicial que a ação da Secretaria da Educação do Ceará para formação de professores da rede pública estadual ocorrida nos anos de 2013 e 2014, não representa uma ação isolada ou até mesmo pontual. Percebe-se a partir da análise documental, que a ação formativa resulta de um diálogo estabelecido entre a instituição governamental e representações de espaço do movimento negro e indígena, na elaboração de um percurso formativo que discuta esses saberes, quais são esses saberes e como esses saberes que formam uma matriz de conhecimento africana, afro-brasileira e indígena aproxima-se do conhecimento formal que organiza o trabalho na escola.

O que sugere que a organização não partiu de um grupo técnico exclusivo que pensa e executa a ação desassociada com a realidade e os sujeitos em si a quem tem o direito de reconhecido, tão pouco é pontual, pois percebeu-se que sua execução ocorreu durante todo o ano, com uma carga horária expressiva de 60h/a para 2013 e 80h/a em 2014.

Observou-se que o percurso formativo foi desenhado mesclando participação presencial como a distância através da Plataforma de EaD da SEDUC, buscando flexibilizar a participação dos professores. E que no cerne do projeto temos guardado o desejo de atender a totalidade dos seus professores em toda rede estadual de ensino, SEDUC. Destacando que o meio escolhido para implementar a formação alinhado a ação de professores-multiplicadores, pensado para 2014, foi determinante na estratégia para alcançar uma expressivo representatividade geográfica pois cada regional (Crede/Sefor), no total dos 2 anos, encaminhou seus professores, tendo na crede 18 uma maior representatividade relativa com 18,7 professores capacitados por cada professor-multiplicador (ver esse ranqueamento na Quadro 6).

Em números absolutos, temos a maior quantidade de professores capacitados na Sefor com 62 capacitados diretamente pelos professores técnicos da SEDUC (Quadro 4) e desses 36 formados em 2014 como professores-multiplicadores foram responsáveis por capacitar 123 de seus pares (Quadro 5) com uma média de 3,4 professor formados por cada professor-multiplicador (Quadro 6). Dessa ação resultou que em cada espaço (região do estado do Ceará), existe um grupo de professores capacitados para pensar e articular ações curriculares para a educação das relações

étnico raciais, podendo alcançar a rede. Propiciando a gestão das Credes e da Sefor a articulação que permita o apoio e a inserção desses professores para pensar, planejar e executar a organização do trabalho pedagógico das escolas sob sua jurisdição na perspectiva do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

A Mostra de Vídeo foi planejada para ser um espaço de socialização das práticas curriculares elaboradas e executadas pelos professores participantes da formação. Foram 28 práticas inscritas ao total durante o período de 2013 e 2014, dessas 9 foram indeferidas e 19 selecionadas para apresentação. Isso no dá uma taxa de 67,86% dos trabalhos aceitos para apresentação na Amostra(s) Científica com os relatos das ações realizadas dentro da proposta de resgate da cultura afro-brasileira e indígena desenhada na formação para esses anos de 2013 e 2014.

Essas 19 práticas apresentadas na Mostra Cultural, estavam, assim categorizadas: 7 (sete) aulas de campos a terreiros, aldeia indígenas, cidade histórica e museu 1 (uma) aula de campo a quilombo seguindo de palestra com representantes quilombolas, 1 (uma) aula de campo ao Museu do Negro Liberto no município de Redenção, 2 (duas) aulas de campo a terreiros, seguindo com momento de palestra por parte dos representantes desses terreiros, 1 (uma) aula de campo a aldeia Pitaguary em Maracanaú, 1 (uma) aula de campo a cidade de Barbalha ao patrimônio cultural que representa a escravidão e ao negro, 1 (uma) aula de campo Escola Indígena de Brolhos da Terra no município de Itapipoca.

Identificou-se 6 (seis) aulas planejadas 1(uma) aula em sala de aula sobre capoeira e abolição dos escravos, 2 (duas) práticas de aulas interdisciplinares, 1 (uma) aula de pesquisa para elaboração de diários por parte dos alunos sobre história dos quilombos. 1(uma) aula em sala sobre diferença étnico raciais, 1 (uma) aula de Educação Física sobre capoeira. 1 (uma) prática planejada a Semana de Mostra Cultural Afro-brasileira, sugerindo a culminância de ações desenvolvidas durante um período na escola .

Por último foram identificadas 5 prática curricular utilizando a Pedagogia de Projeto 1 (uma) Pedagogia de Projeto envolvendo censo étnico, estética e capoeira, 1 (uma) Pedagogia de Projeto envolvendo capoeira e música, 3 (três) Projeto baseado na Pedagogia de Projeto tem como tema cada um, cultura africana e afro-brasileira, história dos negros e conquista e lutas do povo negro em Itapipoca.

Como podemos perceber, houve uma boa capilaridade no atendimento do ponto de vista do alcance das regiões do estado do Ceará, constatando-se que todas foram contemplados. No entanto temos do Quadro 7 que, totalizando os professores que receberam capacitação diretamente da SEDUC somados aos que receberam dos professores-multiplicadores, obtemos um total de 1.240 professores formados. Temos a clareza que ao compararmos esse total atendido com do universo dos 31.151 professores ativos da SEDUC em todo o Estado do Ceará, isso nos dá um alcance de 3,98%, ainda muito tímido diante do que ainda almejamos. Tal cenário posto, faz com que percebamos que essa informação nos traz a responsabilidade e a consciência do muito que ainda temos por fazer, mas que o caminho já foi traçado e os primeiros passos já foram dados.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR/CNE, 2004.

BRASIL. **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. D.O.U. Brasília: Casa Civil, 2003. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>.

CAMARGO, Orson. "A fantasia das três raças brasileiras". Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-brasil-varias-cores.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2018.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural**. Castanhal, PA: Edição do autor, 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005 - Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MEDEIROS, Cléia; EGHRARI, Iradj Roberto. **O Ensino da História da África em debate (uma introdução aos estudos africanos)**: História e Cultura afro-brasileira e africana na escola. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

PORTO, Gabriella. **Democracia Racial**. InfoEscola, 2018. <<https://www.infoescola.com/sociologia/democracia-racial/>>. Acesso em 31/05/2018.

SEDUC. **Formação de Professores e Mostra Cultural Africana, Afro-Brasileiros e Indígenas**: Ceará Cabloco de mãe Preta a Pai João. ROCHA, Jefrei Almeida; PAULA, Paulo Venício Braga de; AMORIM, Rosendo Freitas; QUIRINO, Rejane Hélvia Ribeiro (orgs.). Secretaria da Educação do Estado do Ceará, 2013.

SEDUC. **Relatório de Formação**: História, Memória e Patrimônio Cultural Afro indígena cearense. ROCHA, Jefrei Almeida; PAULA, Paulo Venício Braga de; AMORIM, Rosendo Freitas; CARNEIRO, Mônica Gadelha; VIANA, Maria Hosana (orgs.). Secretaria da Educação do Estado do Ceará, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade** – uma introdução às teorias do currículo. 2º ed., 11ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.